
COMITÊ CONSULTIVO PARA ASSUNTOS GOVERNAMENTAIS (GAC): ATA DA REUNIÃO

56ª reunião da ICANN, Helsinque

De 27 a 30 de junho de 2016

MEMBROS E PARTICIPANTES DA REUNIÃO

Setenta e cinco membros do GAC e catorze observadores participaram da reunião.

O GAC deu as boas-vindas aos novos membros Belize, Suriname, Guiana, Panamá, Honduras e República do Congo. Com isso, a afiliação do GAC totaliza 168 membros e 35 observadores.

A lista dos participantes está disponível no **Anexo 1**.

O Comunicado do GAC de Helsinque está disponível no **Anexo 2**.

Os detalhes da sessão entre comunidades coordenada pelo GAC sobre o gerenciamento das cargas de trabalho estão disponíveis no **Anexo 3**.

As apresentações disponíveis usadas pelos oradores durante a reunião podem ser acessadas no [site do GAC](#) (em formato de slides ou documentos de Word/PDFs).

SESSÕES DE PARTICIPAÇÃO ENTRE COMUNIDADES

Reunião com a organização de apoio a nomes genéricos (GNSO)

O GAC se reuniu com o presidente do [conselho da GNSO](#), James Bladel, e outros membros do conselho. As principais questões levantadas foram:

- A GNSO acolhe com prazer a participação dos membros do GAC nos grupos de trabalho de PDP. Todas as preocupações dos membros do GAC podem ser levantadas nos grupos de trabalho de PDP correspondentes para serem analisadas, e os membros do GAC devem considerar a possibilidade de participar como membros para poder fazê-lo.
- Seria útil que cada governo compartilhasse informações sobre as disposições normativas nacionais, por exemplo, em relação ao WHOIS, na maioria dos grupos de trabalho.
- O grupo de consulta GAC-GNSO apresentou uma pesquisa dos membros do GAC e da GNSO em relação aos procedimentos de participação inicial nas políticas. O grupo planeja finalizar o trabalho na reunião de Hyderabad.
- A necessidade de uma rápida finalização das proteções permanentes para nomes e acrônimos das IGOs e do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Os membros do conselho observaram que sua flexibilidade para revisar as recomendações de PDP é limitada.

Reunião com a organização de apoio a nomes de domínio com códigos de países (ccNSO)

O GAC se reuniu com a presidente do conselho da ccNSO, Katrina Sasaki, e outros membros do conselho. As principais questões levantadas foram:

- A implementação da estrutura de interpretação adotada para reautorização de ccTLDs.
- O PDP proposto pela ccNSO sobre a retirada e revisão de ccTLDs. O GAC terá a oportunidade de interagir com isso em vários níveis. Se o PDP for iniciado, será solicitado que o GAC ofereça uma opinião ou parecer no início e no final do processo. Os membros do GAC também podem participar dos grupos de trabalho da ccNSO.
- A pesquisa do GAC sobre relações entre governos e gerentes de ccTLDs. A pesquisa foi considerada útil, mas talvez não baseada em uma amostra representativa. Os membros do GAC observaram que seria útil uma maior interação entre os representantes do GAC e os gerentes de ccTLDs na preparação para as reuniões da ICANN.

Reunião com o comitê consultivo At-Large (ALAC)

As equipes de liderança do GAC e do ALAC reuniram-se fora das sessões plenárias devido à restrição de tempo. As principais questões levantadas foram:

- O ALAC indicou o Sr. Yrjo Lansipuro como contato com o GAC.
- O ALAC e o GAC coincidem no desejo de que o futuro desenvolvimento de políticas de gTLDs prossiga apenas quando for realizada uma análise completa da rodada recentemente concluída.
- Pode haver escopo para o compartilhamento informal de informações entre os participantes do ALAC e do GAC no PDP de procedimentos subsequentes e na revisão de CCT, especialmente no que diz respeito às proteções do usuário e aos compromissos de interesse público.
- A questão do "interesse público global" na área de responsabilidade da ICANN pode precisar de mais avaliação, principalmente em relação às respectivas responsabilidades da diretoria e das SOs/ACs, e da necessidade de ouvir todas as preocupações das partes interessadas.

PONTO DE AÇÃO:

O GAC e o ALAC continuarão dialogando sobre as questões observadas acima. (**Grupo de liderança do GAC + secretaria do GAC do ACIG**).

Reunião com o comitê consultivo de segurança e estabilidade (SSAC)

O GAC reuniu-se com Patrick Fältström, presidente do SSAC, e outros membros seniores do SSAC. As principais questões levantadas foram:

- Domínios sem ponto – Como foi identificado na 53ª reunião do SSAC, esses domínios têm consequências inesperadas, como erros, instabilidade e confusão

do usuário final. Embora sejam proibidos pelo RAA de 2013, os registros podem solicitá-los por meio de uma RSEP (Registry Services Evaluation Policy, política de avaliação de serviços de registro). O SSAC opõe-se enfaticamente a esses domínios. Os membros do GAC mencionaram o parecer do GAC contido no Comunicado de Durban em apoio à 53ª reunião do SSAC e não viram necessidade de mudar essa posição.

- Relatório sobre proteções do programa de novos gTLDs para reduzir o abuso do DNS – Não foi solicitada a opinião do SSAC sobre isto, mas o comitê trabalhou em áreas específicas de abuso, por exemplo, práticas recomendadas no ciclo de vida do gerenciamento de credenciais.
- IPv4 e IPv6 – O SSAC advertiu que os endereços IPv4 podem deixar de fornecer um identificador estável. Isso tem implicações judiciais, inclusive para o cumprimento da lei. O GAC observou que o desenvolvimento de políticas sobre o uso de endereços IP ocorre nos RIRs (ou seja, fora da ICANN) e que os membros do GAC podem participar, se quiserem.

Sessões entre comunidades da ICANN

Os representantes do GAC participaram ativamente de todas as sessões entre comunidades, organizadas especialmente para a reunião “B”. As sessões foram as seguintes:

- Próxima geração de serviços de diretório de registro
- Revisão de todos os mecanismos de proteção de direitos em todos os gTLDs
- Regulamento do CCWG sobre rendimentos de leilões
- Procedimentos subsequentes de novos gTLDs
- Versão preliminar da estrutura de princípios para os futuros CCWGs
- Programação e gerenciamento de cargas de trabalho
- Encerramento do fórum de políticas e preparação para a 57ª reunião da ICANN

O presidente do GAC coordenou uma sessão entre comunidades sobre o gerenciamento de cargas de trabalho na comunidade. Os detalhes dessa sessão estão disponíveis no **Anexo 3**.

TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA IANA E APRIMORAMENTO DA RESPONSABILIDADE DA ICANN

O GAC reuniu-se com os presidentes conjuntos do CWG de administração e do CCWG de responsabilidade.

Transição da administração da IANA

O GAC observou que, de acordo com o novo estatuto, foi convidado pela ICANN para indicar um contato para o comitê permanente do cliente, criado como parte da nova

estrutura da IANA na ICANN. O GAC decidiu que deseja indicar um contato e solicitará manifestações de interesse por parte dos membros.

Responsabilidade da ICANN

O GAC discutiu com quais condições participaria do mecanismo da comunidade autônoma (EC) como participante decisório nos termos do novo estatuto (de acordo com o Comunicado de Marrakesh). As principais questões levantadas foram:

- Se o GAC deve participar do exercício de poderes da comunidade ou limitar-se a uma função consultiva dentro da nova estrutura.
- A necessidade de desenvolver princípios sobre *como, por quê? e quando* o GAC participará, inclusive a opção de uma abordagem caso a caso.
- A necessidade de desenvolver procedimentos em apoio à participação efetiva do GAC, inclusive: (a) formas pelas quais os cronogramas podem ser cumpridos entre sessões, por exemplo, uso eficiente de tecnologias de colaboração on-line; e (b) possíveis ajustes nos atuais princípios do GAC para serem usados na nova função do GAC na comunidade autônoma.
- Dar prioridade ao desenvolvimento de disposições do GAC para as etapas iniciais, sem voto, do processo de encaminhamento na comunidade autônoma.

O GAC acordou em indicar a Dinamarca, o Irã, o Canadá, o Brasil e a Argentina como membros do CCWG de responsabilidade na linha de trabalho 2.

PONTOS DE AÇÃO

A secretária do GAC do ACIG vai preparar uma versão preliminar dos princípios e procedimentos para a participação do GAC na comunidade autônoma, sob a orientação de um pequeno grupo de membros do GAC (**Secretaria do GAC do ACIG**).

SESSÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÕES IMPORTANTES

Revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor (CCT)

O GAC recebeu informações do presidente da equipe de revisão de CCT, Jonathan Zuck. Os indicados do GAC na equipe são Megan Richards (Comissão Europeia) e Laureen Kapen (Comissão Federal do Comércio dos Estados Unidos). A principal questão levantada foi:

- Os membros do GAC têm interesse em todas as subequipes de operação da revisão: Concorrência e escolha do consumidor: concorrência de preços e valor para os consumidores; Proteções e confiança: mau uso do DNS, proteções/compromissos de interesse público, parecer do GAC; Processo de solicitação e avaliação: barreiras à participação, programa de apoio ao solicitante.
- Seria útil ter uma análise do escopo para que pequenas e médias empresas participem do programa de novos gTLDs.

- Pesquisas e estudos da equipe de revisão de CCT estão disponíveis em www.cct.wiki.

PONTO DE AÇÃO

Os indicados do GAC à equipe de revisão de CCT deverão fornecer atualizações regulares ao GAC. (**Comissão Europeia e Comissão Federal do Comércio dos Estados Unidos**)

Códigos de países/territórios de duas letras no segundo nível

O GAC discutiu esta questão à luz do parecer anterior à diretoria e das discussões atuais com a ICANN sobre a respectiva implementação. As principais questões levantadas foram:

- Continua havendo um grande número de posições nacionais no GAC sobre se é necessária uma notificação para a liberação de códigos de países e territórios de duas letras no segundo nível.
- Foram mencionados planos de operadores de registro para reduzir o risco de confusão.
- Alguns membros do GAC têm uma forte preferência pela obtenção de um acordo explícito dos governos sobre o uso desses códigos.
- Caso um governo não tenha declarado sua preferência, a ausência de resposta não deve ser considerada como consentimento.
- A diretoria deve instar o registro ou registrador correspondente a empenhar-se com o membro relevante do GAC quando for identificado um risco de confusão, a fim de chegar a um acordo sobre o modo de gerenciá-lo ou obter uma avaliação de terceiros sobre a situação, caso o nome já esteja registrado.

PONTO DE AÇÃO

As discussões mencionadas acima serão incorporadas no Comunicado. (**Concluído**)

Uso de códigos de três letras na lista ISO-3166 como gTLDs nas futuras rodadas

O GAC considerou esta questão à luz das discussões atuais na comunidade, inclusive no grupo de trabalho entre comunidades sobre o uso de nomes de países e territórios como gTLDs, e no grupo de trabalho do GAC sobre proteção de nomes geográficos em futuras rodadas de gTLDs. As principais questões levantadas foram:

- É necessário continuar pesquisando, analisando e discutindo, tanto no GAC como na comunidade, para tentar desenvolver uma forma consensual no futuro.
- Há várias opiniões entre os membros do GAC sobre se há necessidade de outras restrições, além das contidas no atual guia do solicitante.
- Talvez seja preferível permitir que os países determinem o uso de códigos de três letras associados aos nomes dos países em vez de regras de aplicação geral.

- O GAC deve participar com outras partes interessadas, inclusive o CCWG sobre o uso de nomes de países e territórios como gTLDs, na definição de uma posição a ser analisada na reunião de Hyderabad.
- No momento, é apropriado apresentar um parecer de “suspensão” à diretoria sobre essa questão.

PONTO DE AÇÃO

As discussões mencionadas acima serão incorporadas no Comunicado. (**Concluído**)

Política de futuros gTLDs

O GAC reuniu-se com dois dos presidentes conjuntos do grupo de trabalho de PDP da GNSO sobre procedimentos subsequentes (Acri Doria e Jeff Neumann). As principais questões levantadas foram:

- Há uma variedade de opiniões entre os membros do GAC sobre a questão de futuras liberações de novos gTLDs e a melhor metodologia para avaliar a demanda e/ou a necessidade, além dos custos e benefícios.
- Alguns membros do GAC consideram a necessidade de iniciar a partir da base atual de políticas e procedimentos acordados e que funcionam, em vez de reinventar totalmente um novo processo.
- Todas as áreas de preocupação com políticas públicas – inclusive o modo de determinar cadeias de caracteres sensíveis, categorias apropriadas de gTLDs, solicitações baseadas na comunidade, nomes de domínio internacionalizados e regiões desfavorecidas – estão no escopo desse PDP, mas os membros do GAC devem tomar a iniciativa e levantar essas questões no grupo de trabalho.
- Embora o GAC tenha a oportunidade de dar algumas opiniões iniciais de alto nível em resposta à solicitação do grupo de trabalho de 15 de junho de 2016, esta é apenas uma consulta inicial à comunidade e haverá outras oportunidades para que o GAC, como um todo, contribua com opiniões à medida que o trabalho avançar, além da participação atual dos membros do GAC individualmente no grupo de trabalho e nos respectivos subgrupos.

PONTO DE AÇÃO

Os membros do GAC devem participar ativamente do grupo de trabalho de modo individual. (**Todos os membros do GAC**)

O GAC deve concluir sua resposta à carta dos presidentes conjuntos dos grupos de trabalho de 15 de junho de 2016, que contém uma série de “questões abrangentes” sobre a política de futuros gTLDs. (**Secretaria do GAC do ACIG**)

Assuntos sobre o credenciamento de serviços de proxy e privacidade (PPSAI)

O GAC reuniu-se com os presidentes conjuntos do grupo de trabalho de PDP da GNSO sobre os PPSAI e com os membros da diretoria da ICANN para discutir aspectos de políticas públicas das recomendações finais do grupo de trabalho. Algumas das

questões já foram levantadas na sessão pública realizada pelo PSWG do GAC. As principais questões levantadas foram:

- O GAC não se opõe às recomendações do relatório final do grupo de trabalho, mas acredita que há questões importantes de políticas públicas que podem e devem ser tratadas na fase de implementação.
- Essas questões são: uma estrutura de divulgação para solicitações de cumprimento da lei, mecanismos entre jurisdições e um processo de credenciamento para provedores.
- Há certa urgência em avançar, porque as regras temporárias são válidas somente até o final de 2016.
- Há procedimentos para remeter à GNSO todas as questões de políticas que surgirem durante a implementação.
- O GAC, com a expertise do PSWG, deseja participar da fase de implementação caso a diretoria adote as recomendações, inclusive consultando ou participando da equipe de revisão da implementação.

PONTO DE AÇÃO

Os membros do GAC, especialmente por meio do PSWG, devem participar dos processos de implementação estabelecidos pela diretoria. (**PSWG, relatório ao GAC**)

Proteção de nomes e acrônimos de IGOs

O “pequeno grupo” sobre esta questão reuniu-se com os membros da diretoria e com a GNSO durante a reunião de Helsinque.

O GAC concordou em aconselhar a diretoria a manter seu envolvimento com o GAC e com a GNSO, na tentativa de reconciliar diferenças entre pareceres do GAC e da GNSO sobre este tópico, e a envolver-se com as IGOs, quando for apropriado, devido ao status exclusivo dessas organizações e ao tempo transcorrido desde que a questão foi originalmente levantada.

PONTO DE AÇÃO

As discussões mencionadas acima serão incorporadas no Comunicado. (**Concluído**)

Cruz Vermelha/Crescente Vermelho

O GAC observou que a GNSO realizou outras consultas à diretoria a fim de resolver as diferenças restantes entre as recomendações da GNSO e o parecer de longa data do GAC de que a atual proteção temporária das designações e identificadores da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho/Cristal Vermelho deve ser permanente de acordo com as bases jurídicas e políticas dessas proteções. O GAC concordou em instar a diretoria a chegar a uma solução o mais brevemente possível.

PONTO DE AÇÃO

As discussões mencionadas acima serão incorporadas no Comunicado. (**Concluído**)

Solicitações de gTLDs baseadas na comunidade

O GAC foi informado de que dois especialistas independentes estão realizando uma revisão da experiência das solicitações de gTLDs baseadas na comunidade, promovida pelo Conselho Europeu. O resultado dessa revisão será apresentado na próxima reunião do GAC com vistas a servir como contribuição para o trabalho atual da comunidade sobre novos gTLDs, inclusive o processo de desenvolvimento de políticas para procedimentos subseqüentes de novos gTLDs.

PONTO DE AÇÃO

As discussões mencionadas acima serão incorporadas no Comunicado. (**Concluído**)

QUESTÕES INTERNAS DO GAC

Eleições

De acordo com os princípios operacionais do GAC, os mandatos atuais do presidente e dos vice-presidentes expiram no final da primeira reunião de 2017. O presidente atual pode ser indicado para um segundo mandato. Os vice-presidentes já exerceram dois mandatos e não podem ser indicados novamente.

A secretaria do GAC do ACIG informou ao GAC sobre o procedimento eleitoral a ser seguido pelo ACIG ao realizar as eleições e solicitou formalmente as indicações. O prazo para as indicações termina em 19 de setembro de 2016. Se forem necessárias eleições, elas serão realizadas na última reunião do GAC de 2016.

O atual presidente, Thomas Schneider, informou ao GAC que será indicado novamente para o cargo.

PONTO DE AÇÃO:

O processo de indicação e eleição será realizado de acordo com os princípios operacionais do GAC. (**Secretaria do GAC do ACIG**)

Grupo de trabalho de implementação das recomendações da diretoria-GAC (BGRI)

O BGRI abrange todos os membros interessados do GAC (atualmente, Suíça, Reino Unido, Irã, Estados Unidos e Egito) e os membros da diretoria Markus Kummer, Chris Disspain, Erika Mann, Ram Mohan, Mike Silber e Lousewies van der Laan. Os presidentes conjuntos do Egito e Markus Kummer reuniram-se em uma sessão com o GAC para revisar a implementação da recomendação contida na revisão feita pelo ACIG da eficácia dos pareceres do GAC, conforme solicitado pelo GAC na reunião de Dublin em outubro de 2015. As principais questões levantadas foram:

- A definição atual de parecer do GAC contida no site do GAC deve ser revisada para refletir as exigências do novo estatuto e referenciada em todos os pareceres emitidos.
- Deve ser criado um modelo vinculado ao novo site do GAC, para possibilitar que os pareceres sejam preparados com o máximo de clareza e precisão, contendo uma justificativa que aborde os resultados esperados das políticas públicas e indicando se se trata de um parecer consensual do GAC.

- O trabalho atual (por meio da renovação do site do GAC) de desenvolver identificadores de rastreamento exclusivos para cada parecer do GAC deve ser continuado e concluído.
- Será imediatamente iniciado um teste de reunião virtual da diretoria e de todo o GAC cerca de duas semanas após a emissão de um Comunicado, a fim de garantir o entendimento mútuo do parecer.
- Deve ser continuada a prática, testada antes desta reunião, de emitir uma "versão preliminar zero" antes da reunião para comentários e opiniões dos membros do GAC.

PONTO DE AÇÃO

O plano de trabalho futuro do BGRI deve continuar sendo desenvolvido entre sessões e o trabalho de implementação das medidas acordadas deve ser iniciado imediatamente, como foi observado acima. **(BGRI + secretaria do GAC do ACIG)**.

Secretaria do GAC independente

O GAC confirmou novamente seu apoio a uma secretaria do GAC independente, complementada pela equipe de apoio da ICANN. No entanto, o financiamento além de junho de 2017 continua sendo um problema. As principais questões levantadas foram:

- Os atuais doadores (Brasil, Noruega e Países Baixos) não podem manter o nível atual de contribuição sem que sejam feitas contribuições de outros membros do GAC.
- As dotações orçamentárias e os cronogramas variam conforme os governos.
- Alguns governos têm problemas para contribuir diretamente para as atividades relacionadas à ICANN, embora possam ser encontradas soluções alternativas.
- As fontes de financiamento da ICANN devem continuar sendo investigadas.
- Deve ser investigada alguma forma de sistema de unidades de contribuição para facilitar o planejamento e torná-lo mais transparente.
- A secretaria do GAC do ACIG observou que o contrato atual termina 21 dias após a reunião de junho de 2017, que atualmente não há nenhuma negociação para prorrogar o contrato e que as próximas etapas são um assunto para o GAC.

PONTO DE AÇÃO:

Os membros do GAC devem revisar novamente as solicitações feitas pelo presidente de possíveis contribuições para possibilitar a continuidade da secretaria independente. Uma pequena equipe será formada para revisar as opções de financiamento baseadas na ICANN. **(Presidente do GAC)**.

Revisão dos princípios operacionais do GAC

Os presidentes conjuntos do grupo de trabalho sobre a revisão dos princípios operacionais do GAC (Namíbia e Índia) coordenaram uma sessão plenária do GAC. As principais questões levantadas foram:

- A necessidade de mapear as alterações nos princípios operacionais que serão exigidas por procedimentos acordados pelo GAC para o novo estatuto, em particular em relação à comunidade autônoma, e a implementação dessas alterações.
- A garantia de que outras questões sejam imediatamente tratadas, por exemplo, a votação on-line e os métodos de trabalho para os grupos de trabalho do GAC.
- As opções de dar continuidade a vários trabalhos em paralelo ou escaloná-los para gerenciar a carga de trabalho.
- Foi observada a possibilidade de realizar uma reunião presencial entre sessões do grupo de trabalho na Índia.

PONTO DE AÇÃO

Uma versão preliminar do plano de trabalho do grupo de trabalho deve ser elaborada e divulgada pela lista de e-mails do GAC até 1º de setembro de 2016, no máximo.

(Presidentes conjuntos do grupo de trabalho + secretaria do GAC do ACIG)

Desenvolvimento de capacidades do GAC

O grupo de trabalho do GAC sobre regiões desfavorecidas coordenou uma sessão sobre o desenvolvimento de capacidades, com grande participação da equipe da ICANN de envolvimento global de partes interessadas e de envolvimento dos governos (GSE/GE) . As principais questões levantadas foram:

- O objetivo é aumentar a capacidade dos membros do GAC, especialmente de países menores e em desenvolvimento, para lidar com aspectos de políticas públicas do sistema de nomes de domínio por meio do trabalho na ICANN, no GAC e nos âmbitos nacional e regional.
- O grupo de trabalho trabalhará com a equipe de GSE/GE para desenvolver funções complementares e fazer o melhor uso dos recursos da ICANN.
- Há uma necessidade de treinamento especializado (por exemplo, em segurança do DNS) e de apoio ao trabalho do GAC em geral, a fim de possibilitar a participação inicial no desenvolvimento de políticas.
- As barreiras à participação entre sessões devem ser identificadas e resolvidas.

PONTO DE AÇÃO:

O grupo de trabalho do GAC sobre regiões desfavorecidas deve reunir-se com a equipe de GSE/GE e apresentar ao GAC opções para ações futuras. **(Presidentes conjuntos do grupo de trabalho)**

GRUPOS DE TRABALHO DO GAC

O presidente do GAC destacou novamente a necessidade de que os grupos de trabalho coordenem suas atividades com o GAC como um todo, especialmente que garantam que o GAC seja mantido informado e tenha tempo suficiente para discutir os trabalhos que possam exigir sua aprovação antes de serem publicamente divulgados. Os grupos de trabalho do GAC informaram o seguinte ao comitê:

Segurança pública: o grupo de trabalho continuou contribuindo para as linhas de trabalho: assuntos sobre o credenciamento de serviços de proxy e privacidade (PPSAI), serviços de diretório de registro de gTLDs de última geração, acompanhamento da implementação de pareceres anteriores do GAC em relação às obrigações de validação transversal contidas no acordo de credenciamento de registradores de 2013 e uma compilação de estudos de caso do WHOIS. O grupo de trabalho também participou ativamente do trabalho de revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor de novos gTLDs. As iniciativas de desenvolvimento de capacidades avançaram em colaboração com a equipe de segurança, estabilidade e flexibilidade (SSR) da ICANN e com o grupo de trabalho sobre regiões desfavorecidas do GAC.

Direitos humanos e direito internacional: o grupo de trabalho revisou o plano de trabalho acordado entre sessões e decidiu priorizar sua participação ativa no subgrupo do CCWG de responsabilidade sobre direitos humanos. Os voluntários foram convidados a coordenar outros tópicos do plano de trabalho. Os observadores de IGOs foram convidados a fornecer ao grupo de trabalho informações sobre convenções relevantes e outras estruturas jurídicas. Foi realizada uma troca de informações com a equipe de trabalho entre comunidades sobre a CCWP-HR (Corporate and Social Responsibility to Respect Human Rights, responsabilidade corporativa e social da ICANN de respeitar os direitos humanos).

Regiões desfavorecidas: o grupo de trabalho coordenou a sessão plenária do GAC sobre desenvolvimento de capacidades e reuniu-se com a equipe de GE/GSE da ICANN para discutir a futura cooperação em questões de desenvolvimento de capacidades.

Proteção de nomes geográficos e da comunidade em futuras rodadas de gTLDs: o grupo de trabalho reuniu-se durante a reunião da ICANN em Helsinque e continuará trabalhando em documentos que tratam do conceito de "interesse público" e "práticas recomendadas para futuras rodadas de novos gTLDs". Além disso, ele continuará trabalhando para encontrar definições e usos mais precisos das listas de nomes geográficos.

Participação do GAC no NomCom: o grupo de trabalho reuniu-se durante a reunião da ICANN em Helsinque. Foram analisadas várias possibilidades de participação do GAC no NomCom. O grupo de trabalho elaborará uma versão preliminar dos critérios do GAC para a seleção de cargos de liderança na ICANN, a qual será compartilhada com todo o comitê. O grupo de trabalho continuará suas atividades e entrará em contato com a liderança do NomCom para marcar uma reunião presencial durante a próxima reunião da ICANN em Hyderabad.

Revisão dos princípios operacionais do GAC: o grupo de trabalho coordenou a sessão plenária do GAC sobre esta questão.

ADMINISTRAÇÃO DO DOCUMENTO

Título	Atas do GAC – Helsinque – junho de 2016
Sumário do GAC n°	
Distribuição	Membros do GAC
Data de distribuição	
Reunião relacionada e item da pauta	56ª reunião da ICANN

ANEXO 1: Participantes do GAC – Helsinque – de 27 a 30 de junho de 2016

Membros	
Comissão da União Africana	Quênia
Argentina	Coreia
Austrália	
Áustria	Luxemburgo
Bélgica	Malásia
Benim	Madagascar
Brasil	México
Burkina Faso	Moldávia
Burundi	
	Namíbia
Camboja	Países Baixos
Canadá	Nova Zelândia
Ilhas Caimã	Nigéria
China	Niue
Colômbia	Noruega
Comunidade da Dominica	
Ilhas Cook	Paraguai
Costa Rica	Peru
Costa do Marfim	Polônia
	Portugal
República Democrática do Congo	República do Congo
Dinamarca	Romênia
	Federação Russa
Egito	
Comissão Europeia	São Tomé e Príncipe
	Senegal
Finlândia	Cingapura
França	Espanha
	Suazilândia
Gabão	Suécia
Geórgia	Suíça
Alemanha	
Guatemala	Taipe Chinesa
Guiné	Tailândia
	Timor-Leste
Hungria	Tunísia
Índia	Uganda
Indonésia	Ucrânia (participante remoto)
Irã	Reino Unido
Israel	Estados Unidos
Itália	Uruguai
Jamaica	Venezuela
Japão	Vietnã

Observadores	
OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual)	Banco Mundial
OIF (Organisation Internationale de la Francophonie, Organização Internacional da Francofonia)	UIT (União Internacional de Telecomunicações)
CTU (Caribbean Telecommunications Union, União de Telecomunicações do Caribe)	CTO (Commonwealth Telecommunications Organisation, Organização de Telecomunicações da Commonwealth)
NEPAD (New Partnership for Africa's Development, Nova Parceria para o Desenvolvimento da África)	OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)
OIC (Organization for Islamic Cooperation, Organização para a Cooperação Islâmica)	ECCAS (Economic Community for Central African States, Comunidade Econômica dos Estados da África Central)
Liga dos Estados Árabes	ECOWAS (Economic Community of West African States, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)
Comitê Internacional da Cruz Vermelha	Conselho Europeu

ANEXO 2: Comunicado do GAC de Helsinque

Helsinque, 30 de junho de 2016

Comunicado do GAC – Helsinque, Finlândia ¹

I. Introdução

O GAC (Governmental Advisory Committee, comitê consultivo para assuntos governamentais) da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, corporação da internet para atribuição de nomes e números) reuniu-se em Helsinque, Finlândia, na semana de 27 de março de 2016.

Setenta e cinco (75) membros do GAC e doze (12) observadores participaram da reunião.

II. Atividades entre os grupos constituintes e participação da comunidade

A reunião do GAC foi realizada durante a 56ª reunião da ICANN, que foi o primeiro fórum de políticas dentro da nova estrutura de reuniões da ICANN. A participação da comunidade ocorreu no nível bilateral, com o GAC reunindo-se com vários grupos constituintes da ICANN, e no nível entre comunidades, com o GAC participando em várias sessões entre comunidades e coordenando uma delas.

Todas as sessões plenárias do GAC foram realizadas como reuniões abertas.

1. Reunião com a organização de apoio a nomes genéricos (GNSO)

O GAC reuniu-se com o conselho da GNSO e discutiu:

- O atual conjunto de processos de desenvolvimento de políticas, destacando o valor da participação dos representantes membros do GAC nesses processos, inclusive compartilhando informações no âmbito de governos nacionais.

¹ Para acessar pareceres anteriores do GAC sobre este ou outros assuntos, os últimos comunicados do GAC estão disponíveis em:

<https://gacweb.icann.org/display/gacweb/GAC+Recent+Meetings>, e os

comunicados mais antigos do GAC estão disponíveis em:

<https://gacweb.icann.org/display/gacweb/GAC+Meetings+Archive>.

- O grupo de consulta GAC-GNSO sobre a participação inicial do GAC no desenvolvimento de políticas, inclusive uma pesquisa recente com membros do GAC e da GNSO sobre o mecanismo de análise rápida e outros resultados, e destacando o objetivo de concluir o trabalho do grupo até a 57ª reunião da ICANN.
- A necessidade de tratar questões pendentes relativas à proteção de nomes e acrônimos das organizações intergovernamentais e do movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

2. Reunião com a organização de apoio a nomes de domínio com códigos de países (ccNSO)

O GAC reuniu-se com o conselho da ccNSO e discutiu:

- A implementação da estrutura de interpretação adotada em relação a aspectos de reautorização de ccTLDs;
- O processo proposto de desenvolvimento de políticas da ccNSO sobre a retirada e revisão de ccTLDs;
- Os resultados da pesquisa realizada pelo GAC sobre as relações entre governos e administradores de ccTLDs.

3. Reunião com o comitê consultivo de segurança e estabilidade (SSAC)

O GAC reuniu-se com membros do SSAC e discutiu:

- Posições do SSAC em relação a domínios sem ponto.
- Questões relativas ao esgotamento de IPv4 e IPv6
- Medidas para novos gTLDs

4. Sessões entre comunidades

Os membros do GAC participaram ativamente das várias sessões entre comunidades, realizadas como parte da nova estrutura de reuniões do fórum de políticas.

O GAC atuou como coordenador da sessão sobre programação e gerenciamento de cargas de trabalho.

III. Assuntos internos

1. Novos membros

O GAC deu as boas-vindas aos novos membros Belize, Suriname, Guiana, Panamá, Honduras e República do Congo. Com isso, a afiliação do GAC totaliza 168 membros e 35 observadores.

2. Grupo de trabalho de implementação das recomendações da diretoria e do GAC (BGRI-WG)

O GAC reuniu-se com o BGRI-WG novamente para discutir a eficácia dos pareceres do GAC e:

- Foi acordado fazer um ajuste da atual descrição do que constitui um parecer do GAC;
- Foi acordado criar um modelo que contenha todos os aspectos que necessitam ser considerados em qualquer parecer do GAC;
- Foi acordado, como piloto, fazer uma troca com a diretoria após o comunicado, para garantir um entendimento comum do parecer do GAC fornecido no comunicado; e
- Foi acordado o plano de trabalho sugerido pelo BGRI-WG, relativo a atividades a serem realizadas entre as sessões, entre as reuniões de Helsinque e Hyderabad, e posteriormente.

3. Desenvolvimento de capacidades do GAC

O GAC realizou uma sessão de desenvolvimento de capacidades na 56ª reunião da ICANN, organizada conjuntamente pelo grupo de trabalho do GAC sobre regiões desfavorecidas e a equipe de GE/GSE da ICANN.

Como resultado da sessão, os presidentes conjuntos do grupo de trabalho convidaram a equipe de GE/GSE a buscarem uma cooperação mais próxima e a trabalharem juntos para auxiliar as autoridades governamentais que são membros do GAC no desenvolvimento de capacidades e expertise sobre vários tópicos relacionados ao DNS.

Em paralelo, o grupo de trabalho do GAC identificará áreas de prioridade e problemas que a equipe de GE/GSE possa acrescentar à sua participação no desenvolvimento de capacidades.

4. Grupo de trabalho do GAC: atualizações relatadas ao GAC

Os grupos de trabalho do GAC reuniram-se e relataram o seguinte ao comitê:

Direitos humanos e direito internacional: o grupo de trabalho revisou o plano de trabalho acordado entre sessões e decidiu priorizar sua participação ativa no subgrupo do CCWG de responsabilidade sobre direitos humanos. Os voluntários foram convidados a coordenar outros tópicos do plano de trabalho. Os observadores de IGOs foram convidados a fornecer ao grupo de trabalho informações sobre convenções relevantes e outras estruturas jurídicas. Foi realizada uma troca de informações com a equipe de trabalho entre comunidades

sobre a CCWP-HR (Corporate and Social Responsibility to Respect Human Rights, responsabilidade corporativa e social da ICANN de respeitar os direitos humanos).

Proteção de nomes geográficos em novos gTLDs: o grupo de trabalho reuniu-se durante a reunião de Helsinque da ICANN e continuará trabalhando em documentos que tratam do conceito de “interesse público” e “práticas recomendadas para futuras rodadas de novos gTLDs”. Além disso, ele continuará trabalhando para encontrar definições e usos mais precisos das listas de nomes geográficos.

Participação do GAC no NomCom: o grupo de trabalho reuniu-se durante a reunião da ICANN em Helsinque. Foram analisadas várias possibilidades de participação do GAC no NomCom. O grupo de trabalho elaborará uma versão preliminar dos critérios do GAC para a seleção de cargos de liderança na ICANN, a qual será compartilhada com todo o comitê. O grupo de trabalho continuará suas atividades e entrará em contato com a liderança do NomCom para marcar uma reunião presencial durante a próxima reunião da ICANN em Hyderabad.

Segurança pública: o grupo de trabalho continuou contribuindo para as linhas de trabalho: assuntos sobre o credenciamento de serviços de proxy e privacidade (PPSAI), serviços de diretório de registro de gTLDs de última geração, acompanhamento da implementação de pareceres anteriores do GAC em relação às obrigações de validação transversal contidas no acordo de credenciamento de registradores de 2013 e uma compilação de estudos de caso do WHOIS. O grupo de trabalho também participou ativamente do trabalho de revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor. As iniciativas de desenvolvimento de capacidades avançaram em colaboração com a equipe de segurança, estabilidade e flexibilidade (SSR) da ICANN e com o grupo de trabalho sobre regiões desfavorecidas do GAC.

Revisão dos princípios operacionais do GAC: o grupo de trabalho coordenou a sessão plenária do GAC sobre esta questão. Um plano de trabalho será elaborado e divulgado para ser adotado pelo GAC antes da reunião de Hyderabad.

5. Secretaria do GAC independente

O GAC reafirmou sua visão de que é essencial ter uma secretaria sustentável, independente e responsável para que o comitê desempenhe suas funções. As fontes de financiamento serão exploradas com o objetivo de continuar as dotações atuais após o vencimento do contrato atual com o ACIG, em julho de 2017.

IV. Transição da administração da IANA e aprimoramento da responsabilidade da ICANN

O GAC concordou em indicar um contato para o comitê permanente de clientes que faça parte da estrutura da IANA pós-transição.

Os membros do GAC trabalharão entre sessões a fim de determinar com quais condições o GAC participará do novo mecanismo de comunidade autônoma como participante decisório, nos termos do Estatuto da ICANN.

Os membros do GAC continuarão participando ativamente do grupo de trabalho entre comunidades sobre o aprimoramento da responsabilidade da ICANN à medida que avançarem as questões da linha de trabalho 2. O GAC acordou em indicar a Dinamarca, o Irã, o Canadá, o Brasil e a Argentina como membros do CCWG para a linha de trabalho 2.

V. Outros assuntos

1. Equipe de revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor (CCT)

O GAC foi informado sobre o trabalho da equipe de revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor (CCT) pelo presidente da equipe.

Os membros do GAC forneceram feedback sobre várias questões que estão sendo analisadas pela equipe de revisão de CCT.

2. Solicitações de gTLDs baseadas na comunidade

Depois da discussão do GAC em Marrakesh sobre os vários problemas encontrados pelos solicitantes de gTLDs na atual rodada de gTLDs, foi observado que dois especialistas independentes estão realizando uma revisão da experiência dessas solicitações de gTLDs, promovida pelo Conselho Europeu. A disponibilização do resultado dessa revisão está prevista para a próxima reunião do GAC com vistas a servir como contribuição às iniciativas atuais da comunidade sobre novos gTLDs, inclusive o processo de desenvolvimento de políticas e procedimentos subsequentes de novos gTLDs.

3. Proteções de IGOs

O GAC continua comprometido com as proteções de nomes e acrônimos de IGOs no primeiro e segundo nível, as quais são de interesse público, considerando que as IGOs, como entidades publicamente financiadas e criadas por governos nos termos do direito internacional,

são objetivamente titulares de direitos exclusivos. O GAC reitera seu parecer sobre este assunto desde o comunicado de Toronto de 2012 e mantém a opinião de que:

(i) em relação à proteção preventiva no segundo nível, o aviso de correspondência com um nome ou acrônimo de IGO a possíveis registrantes e à IGO correspondente deve ser aplicado perpetuamente para o respectivo nome e acrônimo em dois idiomas e sem custos para as IGOs;

(ii) em relação à proteção aos direitos de reparação no segundo nível, e observando o PDP em andamento na GNSO sobre o acesso a medidas de proteção de direitos de reparação, esse eventual mecanismo deverá ser separado da UDRP existente, oferecer às partes um “recurso” por meio de arbitragem e ser feito gratuitamente ou a preço de custo para as IGOs.

O GAC observa o trabalho em andamento do “pequeno grupo” informal e a iniciativa das pessoas envolvidas de elaborar os mecanismos que implementam o parecer mencionado acima.

O GAC mantém a opinião de que devem ser mantidas as proteções preventivas de acrônimos de IGOs, aguardando a implementação de mecanismos de proteção permanente de nomes e acrônimos de IGOs no primeiro e segundo nível.

4. Cruz Vermelha/Crescente Vermelho/Cristal Vermelho

O GAC observou que a GNSO realizou outras consultas à diretoria a fim de resolver as diferenças restantes entre as recomendações da GNSO e o parecer de longa data do GAC de que a proteção temporária das designações e identificadores da Cruz Vermelha, Crescente Vermelho e Cristal Vermelho deve ser permanente de acordo com as bases jurídicas e políticas para essas proteções. O GAC insta a diretoria a chegar a uma solução o mais brevemente possível.

IV. Parecer do GAC à diretoria²

1. Políticas e procedimentos de futuros gTLDs

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN que:

² Para obter um registro do histórico e acompanhar o progresso de um parecer do GAC à diretoria, acesse o registro on-line de pareceres do GAC disponível em:

<https://gacweb.icann.org/display/GACADV/GAC+Register+of+Advice>

- I. O ponto de partida para o desenvolvimento de políticas sobre futuras liberações de novos gTLDs deve primeiro levar em consideração os resultados de todas as revisões relevantes da rodada de novos gTLDs e determinar quais aspectos e elementos requerem ajuste. Além disso, deve ser tratado o seguinte:
 - a. Devem ser atendidos os requisitos com relação a interoperabilidade, segurança, estabilidade e flexibilidade.
 - b. Deve ser previamente realizada uma análise independente e objetiva de custos e benefícios, baseando-se na experiência tida na recente rodada e nos respectivos resultados; e
 - c. Deve haver uma política e estrutura administrativa acordadas que contem com o apoio de todas as partes interessadas.
- II. Devem ser usadas todas as medidas disponíveis para a diretoria a fim de garantir que seja adotada uma abordagem ampla e calculada para que a liberação de novos gTLDs seja realizada de modo lógico, sequencial e coordenado, e não por meio de iniciativas e/ou cronogramas paralelos e sobrepostos que talvez não sejam acordados por todos os interesses relevantes.

JUSTIFICATIVA

1. Atualmente, não há um motivo de política pública para não continuar com as liberações de novos gTLDs como princípio geral. No entanto, há motivos válidos de política pública para aplicar uma série de requisitos às etapas de solicitação e pós-autorização. O GAC acredita que esses requisitos derivam, pelo menos em parte, das obrigações da ICANN em relação

ao interesse público global, contidas no contrato social e no Estatuto da ICANN existentes e propostos.

2. Não há dados disponíveis atualmente para permitir uma avaliação apropriada, tanto quantitativa como qualitativa, da rodada que está em fase de conclusão. Alguns dados importantes, por exemplo, com relação à segurança do consumidor, talvez ainda não tenham sido coletados. Para garantir um processo lógico e eficiente, esses dados devem ser obtidos antes que os processos de desenvolvimento de políticas avancem muito.

2. Assuntos sobre o credenciamento de serviços de proxy e privacidade

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN que:

- I. As recomendações estabelecidas pelo grupo de trabalho de PDP da GNSO sobre assuntos sobre o credenciamento de serviços de proxy e privacidade (PPSAI) levantam importantes questões de políticas públicas, destacadas pelo GAC nos comentários ao relatório inicial de PPSAI.
- II. A diretoria deve garantir a continuidade do diálogo sobre meios construtivos e eficientes de tratar as preocupações do GAC.
- III. Se a diretoria resolver adotar as recomendações de PPSAI, ela deve instruir a equipe de revisão da implementação (IRT) para garantir que as preocupações do GAC sejam eficientemente tratadas na fase de implementação na maior medida possível.
- IV. A contribuição e o feedback do GAC devem ser considerados necessários no desenvolvimento de uma proposta de plano de implementação, inclusive por meio da participação do grupo de trabalho sobre segurança pública na equipe de revisão da implementação.
- V. Se surgirem questões de política durante as discussões da implementação, elas deverão ser reencaminhadas à GNSO para futuras deliberações em consulta com o GAC sobre possíveis aprimoramentos no credenciamento de serviços de proxy e privacidade.

Em seus comentários ao relatório inicial do grupo de trabalho de PDP de assuntos sobre credenciamento de serviços de proxy e privacidade (PPSAI), o GAC destacou preocupações de políticas públicas levantadas pelas recomendações do grupo de trabalho de PPSAI, principalmente que:

1. As solicitações de informação por parte de autoridades de cumprimento da lei e proteção ao consumidor a provedores de serviços de proxy e privacidade requerem confidencialidade, conforme exigido e/ou permitido pela legislação local;
2. A definição dos PPSAI de "autoridade de cumprimento da lei", regida pela jurisdição do provedor de serviços de proxy e privacidade, pode implicar que os provedores de serviços somente devem responder a solicitações de cumprimento da lei dentro de sua própria jurisdição, embora muitas investigações atravessem fronteiras; e
3. Os serviços de proxy e privacidade não devem estar disponíveis para domínios ativamente envolvidos na cobrança em dinheiro por uma mercadoria ou serviço. Como esses comentários do GAC não se refletiram no relatório final de PPSAI, o GAC, no comunicado de Marrakesh, aconselhou a diretoria da ICANN a conceder tempo suficiente ao GAC para considerar e discutir dessas questões na 56ª reunião da ICANN.

Na 56ª reunião da ICANN, o GAC reuniu-se com membros da diretoria da ICANN, com o conselho da GNSO e com os presidentes conjuntos do grupo de trabalho de PPSAI. Foram realizadas discussões construtivas sobre o modo de tratar as preocupações do GAC durante a implementação das recomendações do grupo de trabalho.

As discussões destacaram que a maioria das preocupações do GAC podem ser tratadas durante a fase de implementação. Entre as medidas específicas discutidas, encontram-se:

1. Uma estrutura de divulgação de cumprimento da lei que possa detalhar os requisitos de autorização e confidencialidade apropriados para solicitações de cumprimento da lei relacionadas a investigações em andamento. Essa estrutura de divulgação também poderia possivelmente abordar processos para que os provedores de serviços de P/P respondam a solicitações de jurisdições diferentes das suas.
2. Um processo de descredenciamento que possa fornecer os meios de revogar o credenciamento de provedores que abrigam atores envolvidos em conduta fraudulenta, desleal ou dolosa, ou que não respondem às reiteradas solicitações do LEA.

3. Códigos de países/territórios de duas letras no segundo nível

O GAC discutiu planos propostos pelos operadores de registro para reduzir o risco de confusão entre códigos de países e domínios de segundo nível de duas letras entre os novos gTLDs.

Alguns países e territórios declararam que não exigem notificação para a liberação de seus códigos de duas letras para uso no segundo nível. O GAC considera que, caso não haja preferência declarada, a ausência de resposta não deve ser considerada como consentimento. Alguns outros países e territórios exigem que um solicitante obtenha o consentimento explícito do país/território cujo código de duas letras deve ser usado no segundo nível.

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN a:

1. instar o registro ou registrador correspondente a empenhar-se com o membro relevante do GAC quando for identificado um risco, a fim de chegar a um acordo sobre o modo de gerenciá-lo ou obter uma avaliação de terceiros sobre a situação, caso o nome já esteja registrado.

JUSTIFICATIVA

Este parecer está em consonância com o anterior que o GAC forneceu sobre este assunto e reflete as discussões entre vários membros do GAC durante a reunião de Helsinque.

4. Uso de códigos de três letras na lista ISO-3166 como gTLDs nas futuras rodadas

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN a:

- i. incentivar a comunidade a continuar as análises e discussões aprofundadas em todos os aspectos relacionados ao possível uso de códigos de três letras na lista ISO-3166 como gTLDs em rodadas futuras, sobretudo se o possível uso é considerado como sendo de interesse público ou não;
- ii. manter em vigor as atuais proteções de códigos de três letras na atual lista ISO-3166 e não revogá-las a menos que, em futuras discussões aprofundadas que envolvam o GAC e os outros grupos constituintes da ICANN, haja consenso

sobre o uso desses códigos de três letras como TLDs ser de interesse público.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista os intensos debates e controvérsias em relação ao uso de nomes geográficos em novos gTLDs, o GAC solicita que a comunidade não se apresse em remover a proteção do guia do solicitante dos códigos alfa-3 da ISO 3166-1. Esse movimento poderia ter ramificações políticas.

Os códigos de três letras da ISO 3166-1 têm fortes associações com o país ou território que representam, às vezes até mais fortes que seu equivalente de duas letras. Alguns membros do GAC consideram apropriado reservar o uso desses códigos para a comunidade local ou para fins relacionados ao país ou território identificado. Outros membros consideram que pode haver outros usos legítimos para o código que eles considerariam permitir.

Também devem ser levados em conta os interesses dos países e territórios ainda não representados no GAC.

Por esses motivos, o GAC solicita tempo e envolvimento honesto em um diálogo abrangente entre os governos e partes interessadas para identificar e abordar preocupações e possíveis riscos antes que seja feita uma eventual proposta que altere o status quo.

5. Proteção de nomes e acrônimos de IGOs

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN a:

- i. buscar o envolvimento com o GAC e com a GNSO sobre a questão das proteções de IGOs na tentativa de reconciliar diferenças entre pareceres do GAC e da GNSO sobre este tópico, permanecendo, ao mesmo tempo, receptiva às preocupações apresentadas no parecer do GAC emitido desde o comunicado de Toronto.

Levando em consideração o número de pessoas novas na diretoria e na GNSO desde que o GAC levou essa questão pela primeira à atenção da comunidade da ICANN,

b. O GAC aconselha a diretoria da ICANN a:

- i. envolver as IGOs nas discussões (dentro da diretoria e com a GNSO) quando for

apropriado, considerando que elas estão na melhor posição para comentar a compatibilidade de qualquer proposta com sua situação única de criações não comerciais do governo publicamente financiadas nos termos do direito internacional.

JUSTIFICATIVA

Esse conselho foi elaborado para incentivar a diretoria a se envolver proativamente com o GAC e a GNSO nesta questão importante a fim de continuar o intercâmbio produtivo que ocorreu em Helsinque.

VIII. Próxima reunião

O GAC se reunirá na 57ª reunião da ICANN em Hyderabad, Índia, agendada para 3 a 9 de novembro de 2016.

ANEXO 3: Sessão entre comunidades coordenada pelo GAC sobre a carga de trabalho da comunidade

Histórico

A 56ª reunião da ICANN contou com uma série de sessões entre comunidades à tarde. Estas observações correspondem à sessão coordenada pelo GAC sobre programação e gerenciamento de cargas de trabalho. A reunião foi coordenada pelo presidente do GAC, Thomas Schneider, e contou com a participação de pessoas de toda a comunidade da ICANN.

Discussão

Um slide indicou que pode haver uma possibilidade para que a comunidade priorize melhor sua carga de trabalho. Um orador comentou que isso era muito difícil, porque essas questões em particular eram mais prioritárias para uma comunidade do que para outra e que uma delas possivelmente não abriria mão de suas questões de alta prioridade em favor de outra.

Uma questão comum a todas as comunidades é o desafio de obter novos voluntários para assumir o trabalho. Normalmente, são as mesmas pessoas, um PDP após o outro, que geram o trabalho. Foi observado que isso se deve, em parte, à linguagem anacrônica usada pela comunidade da ICANN. Tantos acrônimos significam que, quando se inicia um novo trabalho, é usada uma linguagem estranha para muitas pessoas. A menos que a pessoa esteja "envolvida", é difícil relacionar a linguagem com a questão e ainda mais difícil entender por que a questão é importante para cada um ou para seu grupo constituinte. Sente-se que a falta de uma linguagem clara na comunidade ou, de modo oposto, o uso contínuo de um conjunto de regras de linguagem altamente especializado constitui uma barreira para a entrada de novos membros e afeta a diversidade. Portanto, isso também reforça o hábito de sobrecarregar os colaboradores regulares.

Um colaborador observou que, em qualquer esporte coletivo, a qualidade da equipe não supera a do jogador ou colaborador mais lento. Foi sugerido que haveria menos trabalho, em particular menos retrabalho, se as partes mais ágeis da comunidade tivessem mais paciência e trabalhassem no ritmo dos participantes mais lentos (partes mais lentas da comunidade). A ideia é que seria melhor socializar as ideias com as partes mais lentas da comunidade (isto é, o GAC) em primeiro lugar e antes, para que elas se familiarizem com a ideia e trabalhem como parte da equipe, antes. Isso seria melhor que "dar a largada" ladeira abaixo com uma ideia e depois se frustrar por ter que refazer o trabalho porque outros não conseguiram embarcar.

Foi lembrado na reunião que há algum tempo uma equipe da ICANN recebeu a tarefa de fazer um mapa de atividades entre comunidades. Não há certeza sobre se isso chegou ou não a ser feito, mas se foi, não foi mantido. Houve a opinião de que esse tipo de iniciativa deveria ser mantido e atualizado continuamente toda vez que um dos vários grupos de trabalho ou CCWGs de PDP progredir em uma nova atividade, ou quando uma das ACs fornecer um parecer sobre algum assunto. É necessário manter um mapa que esteja continuamente disponível para todos na comunidade por meio da página inicial do site icann.org. Foi perguntado se as várias funções de contato entre os grupos constituintes poderiam contribuir para o desenvolvimento e a manutenção contínua desse mapa, depois de desenvolvido pela ICANN.

Houve um comentário de que os escritórios regionais da ICANN devem ir além do nível "geral" de expertise na participação e tornar-se especialistas em pontos mais específicos. Os que estão na base da região precisam esmerar-se em explicar aos grupos constituintes dessa região (registros e registradores, a comunidade local, os governos, empresas) a natureza e o impacto de determinadas discussões de PDP de sua região. O que significa este ou aquele PDP para eles? Como ele afetará cada grupo constituinte? Os escritórios locais devem reunir governos, empresas, ccTLDs, usuários finais e registros em fóruns regulares na região para discutir tópicos relevantes no idioma local. O desenvolvimento de políticas e as ideias precisam ser impulsionados de baixo para cima, da presença local até o modelo de participação múltipla.

Foi sugerido que a ICANN aumente o uso de relatores independentes para promover o diálogo entre as várias partes em genuínas reuniões entre comunidades. Foi detectado que isso pode unir as diversas partes e reduzir o trabalho que é realizado atualmente debatendo em um único grupo constituinte, apenas para chegar a uma posição e concluir que, quando ela for divulgada a um grupo constituinte diferente, será necessário começar tudo de novo. Em vez disso, uma promoção genuína entre comunidades, na qual os líderes não pertençam a um grupo constituinte, mas sim sejam independentes, sem interesse particular no resultado. Isso aumenta a confiança e a possibilidade de um diálogo genuíno e aberto.

Surgiu um conceito de "encontro relâmpago" (falar com várias pessoas por um curto período) com relação a tomar conhecimento de opiniões diferentes em diversos tópicos. Foi observado que sempre há muitos eventos sociais em uma reunião da ICANN. Talvez se elas fossem adaptadas, tendo como objetivo um resultado específico em torno de determinado PDP ou tópico de discussão nesse modelo de "encontro relâmpago", seria um uso melhor desse tempo disponível.

Foi observado que é difícil saber com quem entrar em contato na equipe da ICANN para determinadas atividades. Foi sugerido que as funções e responsabilidades da equipe sejam relacionadas no site, junto com os nomes, para facilitar o contato da comunidade com a pessoa apropriada.

Todos os delegados que participam das reuniões da ICANN muitas vezes precisam sair de suas próprias reuniões e participar das reuniões de outros. Eles tomariam conhecimento dos indicadores e das preocupações de outras pessoas sobre determinados tópicos de interesse. Esse conhecimento facilitaria muito o processo de desenvolvimento de políticas, já que as preocupações podem ser incorporadas no processo desde o início, o que evita o retrabalho e a reformulação desnecessários mais tarde.